

Quando a peste aportou no Brasil no ano de 1899

Dilene Raimundo do Nascimento

Introdução

A peste bubônica é uma doença há muito conhecida pela humanidade. Com epidemias recorrentes desde a Antiguidade, a peste assolou as populações, produzindo efeitos demográficos, políticos, culturais e religiosos incomensuráveis. No final da Idade Média, ocorreram grandes epidemias de peste, em toda a Europa. Trazida, provavelmente, do Oriente, atacou, em 1347, as cidades italianas de Gênova e Florença, de onde, seguindo as rotas de comércio, espalhou-se por toda a Europa, da Península Ibérica às Ilhas Britânicas, da Europa Central à Península Nórdica¹.

O que a história registra como a Peste Negra, que devastou a Europa, de 1348 a 1351, é objeto de minuciosa descrição na obra *Decameron*, de Giovanni Boccaccio². Iniciada com a chegada da primavera, a peste, em Florença, mobilizou tanto as autoridades quanto a população da cidade, que procuravam, de todas as formas, controlar sua virulência. Assim, ao lado de medidas sanitárias que buscavam sustar a evolução da epidemia, Florença foi palco de inúmeras procissões, organizadas com o objetivo de aplacar a ira divina.

O grande escritor italiano, em seu relato circunstanciado da peste em Florença, articula, de modo harmonioso, perspectivas diferentes para o mesmo evento. Desse modo, simultaneamente, a um testemunho, até hoje válido, do ponto de vista científico da sintomatologia da doença, lê-se, em *Decameron*, uma descrição literária, altamente elaborada, dos horrores provocados pela experiência da catástrofe. Boccaccio assim descreve os sintomas:

¹ DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p 107.

² *Decameron*, considerado pela crítica especializada, como o marco inaugural da moderna novela ocidental, foi escrito por Giovanni Boccaccio, entre os anos de 1348 e 1353 — portanto, na vigência da maior tragédia demográfica que a Europa conheceu, na Idade Média.

"Apareciam, no começo, tanto em homens como nas mulheres, ou na virilha ou nas axilas, algumas inchações. Algumas destas cresciam como maçãs, outras como um ovo; cresciam umas mais, outras menos; chamava-as o populacho de bubões. Dessas duas referidas partes do corpo, logo, o tal tumor mortal passava a repontar e a surgir por toda parte. Em seguida o aspecto da doença começou a alterar-se; começou a colocar manchas de cor negra ou lívidas nos enfermos. Tais manchas estavam nos braços, nas coxas e em outros lugares do corpo. Em algumas pessoas, as manchas apareciam grandes e esparsas; em outras, eram pequenas e abundantes. E, do mesmo modo como, a princípio, o bubão fora e ainda era indício inevitável de morte futura, também as manchas passaram a ser mortais, depois, para os que as tinham instaladas"³.

Boccaccio prossegue, relatando que uma das maiores dificuldades era dar sepulturas aos mortos:

"Para dar sepultura à grande quantidade de corpos já não era suficiente a terra sagrada junto às Igrejas; por isso passaram-se a edificar igrejas nos cemitérios; punham-se nessas Igrejas, às centenas, os cadáveres que iam chegando; e eles eram empilhados como as mercadorias nos navios"⁴.

Os relatos históricos sobre essa epidemia do século XIV, como o de Giovanni Boccaccio, descrevem sempre um quadro de terror e ansiedade das populações, diante de um mal a princípio incompreensível. A partir daí, o Ocidente herdou, como resposta das mentalidades coletivas, a designação de peste como representação de qualquer moléstia devastadora. O poder dessa epidemia, no imaginário coletivo europeu, não estava associado somente à sua abrangência geográfica, mas, principalmente, à sua letalidade. Segundo Delumeau⁵, as fontes sobre o período calculam o total de mortos

³ BOCCACCIO, Giovanni. Decamerão. São Paulo, Abril Cultural, 1970, p. 14.

⁴ Boccaccio, n.3, p.18.

⁵ DELUMEAU, n.1, p. 107.

pela doença, em torno de um terço da população do continente. Essa proporção, porém, foi maior em algumas localidades, existindo casos extremos, onde 95% da população faleceram, em virtude da peste.

A Europa conheceu outros momentos em que a peste ceifou grande número de vidas. Segundo Defoe⁶, a doença atacou Londres, em 1665, onde morreram cerca de 68.500 pessoas. Em 1720, em Marselha, matou aproximadamente 50 mil. Depois dessa grande epidemia, a peste desapareceu da Europa, ficando restrita ao Oriente, especialmente à Índia e à China⁷.

Foi na China, especificamente, em Hong Kong, que a peste reapareceu, no final do século XIX, com sua característica devastadora, matando cerca de cem mil pessoas, apenas no ano de 1894. Em 1896, a peste se espalhou para a Índia, onde aproximadamente, 1.300 mil morreram, apenas nos dois primeiros anos de epidemia⁸.

Nesse período, as primeiras descobertas científicas foram feitas. Em 1894, o cientista franco-suíço Alexandre Yersin e seu colega japonês Shibasaburo Kitasato identificaram, independentemente, o bacilo da doença, o *Pasteurella pestis*. Em 1896, o cientista russo Waldemar Hafkine criou uma vacina contra a doença e, em 1898, Yersin usou os primeiros soros antipestosos em seres vivos. Também nesse ano, a teoria da transmissão do bacilo da peste, pela pulga do rato, foi estabelecida por Paul Louis Simond⁹.

Em 1899, a peste retornou à Europa, especificamente à cidade do Porto, em Portugal, originária, provavelmente, da Índia. No mesmo ano, a peste aportou pela primeira vez na América do Sul, no Paraguai. O aparecimento da peste, nesses países, gerou um temor, nas autoridades brasileiras, de que a doença chegasse ao Brasil, em virtude da proximidade geográfica e do intenso fluxo de comércio e de pessoas, existente entre esses países.

⁶ DEFOE, Daniel. Um diário do ano da peste. Tradução de Eduardo Serrano San Martin. Porto Alegre, L&PM, 1987.

⁷ DELUMEAU, n.1, p 108.

⁸ CUKIERMAN, Henrique Luiz, “Viagens a Santos”, em *História, Ciência Saúde - Manguinhos*, vol. 5, n° 1, Rio de Janeiro, 1998, p 6.

⁹ STEPAN, Nancy. Gênese e evolução da ciência brasileira. Rio de Janeiro, Artenova, 1976, p 68.

Só que dessa vez, não estaria nas preces e procissões a salvação da população. O conhecimento sobre a doença havia avançado e a bacteriologia despontava como área de conhecimento que possuía a ferramenta adequada para enfrentar a doença. Causada pela bactéria *Pasteurella pestis*, a peste é transmitida ao homem pela picada de pulgas infectadas pelo sangue de ratos pestosos. Oswaldo Cruz¹⁰, ao distinguir os principais sintomas da doença, corrobora a descrição feita por Boccaccio, em 1348: febre alta, sede intensa e cansaço; após alguns dias, há o aparecimento do bubão, gerado pela inflamação dos gânglios linfáticos, sendo essa a principal característica da doença. Sem tratamento, na maioria das vezes, o bubão rompe, levando o paciente à morte. Em alguns casos, a doença evolui para a forma pneumônica ou a forma septicêmica, mais letal e mais facilmente transmissível.

O temor da invasão pela peste, no Brasil, confirmou-se quando, em outubro de 1899, a peste bubônica chegou ao porto de Santos. O segundo porto em importância no país, na cidade paulista de Santos, foi a porta de entrada da epidemia de peste, que assolou várias cidades brasileiras, no início do século XX.

A ameaça da peste no Brasil

A comunicação oficial da existência de peste na cidade do Porto foi feita em agosto de 1899. O governo brasileiro, imediatamente, tomou medidas para defender o país contra a sua invasão: estabeleceu que todos os navios, saídos de portos portugueses, como também do porto espanhol de Vigo, a partir do dia 1º de agosto, submeter-se-iam a uma quarentena de 20 dias e estariam sujeitos a desinfecções rigorosas. Essas medidas foram duramente criticadas em matérias no *Jornal do Commercio*, pelo médico Jorge Pinto que usou argumentos tanto de ordem científica quanto de ordem prática.

No entanto, o argumento que parece nortear as críticas de Jorge Pinto à política sanitária é o que se segue:

“Os interesses do comércio desrespeitados por toda a parte, a bolsa do contribuinte fortemente onerada pela carestia de gêneros de primeira necessidade, tudo isso de pouca ou nada vale ante a gloria de evitar o contagio

¹⁰ CRUZ, Oswaldo G. “A Peste” Em *Opera Omnia*. Rio de Janeiro, Tipografia do Instituto Oswaldo Cruz, 1906.

da peste, a custa de meios defensivos exageradíssimos repudiados por todas as nações cultas”¹¹.

Nuno de Andrade, então diretor de saúde pública, refutou essas críticas e ainda ampliou as medidas, em portaria do dia 16 de agosto, aos portos espanhóis de Corunha, Santander e Bilbao. Somado a isso, o presidente da Província de São Paulo, preocupado com o porto de Santos, o segundo em importância no país, cuja defesa era de sua competência, aumentou o pessoal da Comissão Sanitária daquela cidade e colocou em prática “todas as medidas de policiamento sanitário aconselhadas pela ciência”¹², com rigorosa vigilância sobre os navios de procedência suspeita.

Em meados de setembro, o governo foi informado da existência da peste no Paraguai. A notícia do aparecimento da peste no Paraguai “explodiu como uma ameaça assombrosa”¹³. Essa conjuntura excepcional requeria medidas, também, excepcionais. Assim, os portos brasileiros foram fechados às embarcações procedentes do Paraguai, por portaria de 21 de setembro de 1899. O ministro reconheceu a medida como violenta, mas justificável, ante tão grande ameaça.

Além das precauções tomadas, o governo brasileiro empenhou-se em fazer uma provisão de soro antipestoso de Yersin¹⁴, para o caso de surgir algum doente no país. Encomendou o soro aos laboratórios europeus, mas, devido à epidemia de peste no Porto, somente os institutos Pasteur e de Messina poderiam fornecer soro e, mesmo assim, em quantidade escassa.

Em 14 de outubro, o governo brasileiro recebeu outra notícia bombástica: ocorrera um recrudescimento da epidemia de peste, na cidade do Porto. Nesse mesmo dia, foi expedida uma portaria, proibindo “a entrada nos portos nacionais de toda e

¹¹ Idem.

¹² Mensagem enviada ao Congresso do Estado, a 7 de abril de 1900, pelo Dr. Fernando Prestes de Albuquerque, Presidente do Estado de São Paulo, Typographia do Diário Oficial, 1900, p. 144.

¹³ Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Epitácio Pessoa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1900, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p.352.

¹⁴ O soro antipestoso de Yersin era o único meio preventivo e curativo eficaz, até então, contra a doença.

qualquer mercadoria embarcada no de Leixões”¹⁵. Foi uma decisão difícil, que feria os interesses econômicos tanto de Portugal como do Brasil, dada a troca comercial existente, entre ambos os países. Mas, segundo o ministro, não houve hesitação para tomar essa medida.

Em mensagem do presidente da Província de São Paulo sobre o ano de 1899, é relatado que, em princípios do mês de setembro, notou-se a presença de ratos mortos em vários pontos do litoral e, em maior quantidade, nos armazéns das Docas e nas ruas adjacentes. Essa mortandade de ratos era já o indício da presença da peste bubônica.

Vale aqui ressaltar a importância do porto de Santos para a economia brasileira, por onde entravam e saíam mercadorias e pessoas, em avultados números, e por onde escoava principalmente a produção de café, que, a partir da década de 1840, liderava, incontestavelmente, as exportações brasileiras. Só para se ter uma idéia do crescente movimento de exportação de café, em sacas de 60 quilos, pelo porto de Santos, registrou-se, no ano de 1870: 437.580 sacas; no ano de 1880: 1.804.328 sacas; no ano de 1890: 2.952.372 e no ano de 1899: 5.742.362¹⁶.

A transformação nas relações de produção agroexportadora, nesse momento, cuja mão de obra escrava se tornava condenada, requeria mão de obra livre, para a sua manutenção e expansão. A Província de São Paulo, que ganhara a supremacia, como produtor de café, sobre o Rio de Janeiro, cuja exportação se fazia pelo porto de Santos, a partir de 1870, passou a subvencionar a imigração, assim como o governo imperial, a partir da década seguinte¹⁷. Dessa forma, o porto de Santos era, também, a porta de entrada de crescente número de imigrantes europeus, que vinham substituir a mão de

¹⁵ Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Epitácio Pessoa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1900, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p.353.

¹⁶ Almanaque de Santos, editado no final de 1970 por Ariel Editora e Publicidade, de Santos/SP. Nessa publicação, as páginas 170 a 300 formam uma Edição Comemorativa do Centenário da Associação Comercial de Santos. Consultado em www.novomilenio.inf.br/santos/h0315d05.htm.

¹⁷ ARIAS NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil republicano, v.1)

obra escrava, até então utilizada nas fazendas de café. Esse fluxo imigratório tomou impulso, a partir do último quartel do século XIX.

Os primeiros sinais da peste no Brasil

No dia 15 de outubro, na cidade de Santos, surgiram “casos de uma moléstia grave, de sintomatologia estranha e semelhante à peste bubônica”, principalmente pela presença de importantes adenites. A investigação desses casos foi feita por Adolfo Lutz e Vital Brazil, respectivamente, diretor e assistente do Instituto Bacteriológico de São Paulo. Os dois pesquisadores utilizaram os, então ainda recentes, conceitos advindos das descobertas de Pasteur e concluíram que se tratava de peste bubônica. Desse modo, constituiu-se, provavelmente, a primeira investigação de um surto de doença desconhecida, realizada no país, que utilizou as novas bases microbiológicas.

Notificada a peste na cidade de Santos, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores expediu portaria, fechando os outros portos brasileiros a todas as embarcações provenientes de Santos, com o intuito de circunscrever a epidemia, bem como comunicou internacionalmente a existência da peste, em território brasileiro. A cidade de Santos, sob quarentena, gerou intenso debate político e reações, pelos prejuízos sociais e econômicos produzidos por essa medida.

O governo brasileiro, por considerar a situação de extrema gravidade, decidiu enviar um bacteriologista à cidade de Santos, para realizar estudos que confirmariam ou refutariam o diagnóstico de peste. Assim foi designado o Dr. Oswaldo Cruz, recém-chegado do Instituto Pasteur, de Paris, após três anos de especialização em bacteriologia. Ao mesmo tempo, o diretor de Saúde Pública designou um de seus assistentes, o Dr. Pereira das Neves, para investigar a origem da peste, em Santos, e “examinar a regularidade de funcionamento dos aparelhos e dispositivos sanitários a serviço das autoridades estaduais”¹⁸.

¹⁸ Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, pelo Dr. Epitácio Pessoa, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1900, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, p.355.

As investigações sobre a peste em Santos

As pesquisas epidemiológicas de Pereira das Neves identificaram dois episódios de mortandade de ratos, na cidade: uma, em fins de julho, e outra, na segunda quinzena de setembro. Não ocorrera destruição proposital dos ratos, portanto, a mortandade verificada representava a existência de uma doença transmissível entre esses animais. Entre uma e outra epizootia, houve uma demanda elevada de adultos e crianças que apresentavam adenites, em forma benigna, e de outros, que apresentavam bubões, ao posto médico municipal. Mas o diagnóstico diferencial oscilou entre a febre perniciosa linfática e a febre amarela.

Oswaldo Cruz, com seu estilo pasteuriano¹⁹, chegou a Santos, na noite do dia 23 de outubro, dirigindo-se, imediatamente, para o Hospital de Isolamento, onde instalou um laboratório, com material cedido por Lutz e Vital Brazil, enquanto aguardava o seu próprio equipamento, que chegou, poucos dias depois. Examinou minuciosamente cinco doentes, mas nenhum deles “constituía um bom espécimen para um estudo bacteriológico”²⁰, ou por estarem em convalescença ou por terem se submetido ao tratamento com o soro de Yersin.

O segundo doente examinado, de 12 anos de idade, internou-se no Hospital de Isolamento, na noite do dia 24 de outubro, apresentando calafrios, cefalalgia, febre e engurgitamento doloroso dos gânglios inguinais e crurais direitos. Oswaldo Cruz descreve as técnicas bacteriológicas utilizadas, no exame desse paciente — tanto a bacterioscopia direta quanto a inoculação em cobaia —, e o resultado demonstrou a presença de inúmeros cocobacilos. A cobaia e o paciente vieram a falecer, com todos os sintomas e lesões, descritas na septicemia pestosa.

Oswaldo Cruz estabelece como resultado de seus estudos:

¹⁹ CUKIERMAN, Henrique Luiz, “Viagens a Santos”, em *História, Ciência Saúde - Manguinhos*, vol. 5, n°1, Rio de Janeiro, 1998. Nesse artigo, Cukierman analisa três aspectos que conformam o estilo pasteuriano: não tratar diretamente os doentes; apesar de estar dentro do hospital, permanecer em seu laboratório; a instalação do laboratório com equipamentos próprios.

²⁰ Relatório acerca da Moléstia reinante em Santos, apresentado por Oswaldo Cruz ao Ministro da Justiça e Negócios. In: *Omnia*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, p.325.

“1. Do organismo dos doentes afetados da moléstia epidêmica reinante em Santos foi isolado um coccobacilo de morfologia e biologia perfeitamente determinadas e característica.

2. Na taxonomia bacteriana o coccobacilo isolado dos doentes de Santos corresponde à espécie descrita por Kitasato e Yersin como produtora da peste bubônica.

3. Os caracteres clínicos e epidemiológicos da moléstia que grassa em Santos quadram-se nos moldes clássicos da peste bubônica.”²¹

E conclui: “A moléstia reinante em Santos é a peste bubônica”.

Oswaldo Cruz, nesse momento, viu a oportunidade de criar um instituto soroterápico, ou melhor, institutos soroterápicos, no país, e a configuração desse novo espaço significaria “a demarcação de um território do saber”²². A presença da peste, no país, justificava plenamente a construção desses institutos para produção do soro antipestoso, o que significaria a materialidade da ciência.

Reconhecida, incontestavelmente, a presença da peste, na cidade de Santos, as providências adotadas pelo governo de São Paulo, no sentido de combater com energia a epidemia, em seu nascedouro, foram o isolamento compulsório dos doentes, o sequestro das respectivas famílias, a desinfecção das casas, a restrição das comunicações com as localidades sem epidemia e a criação de um cordão sanitário, fiscalizando as estradas, os registros dos recém-chegados e a observação médica dos fugitivos e transeuntes.

Por fim, de 14 de outubro até 28 de dezembro, data da última entrada, foram recolhidos e tratados no Hospital de Isolamento, da cidade de Santos, 35 doentes de peste, dos quais faleceram 15, tendo tido alta 20, representando um coeficiente de mortalidade de 42,85%, percentual satisfatório, se atentarmos à letalidade da peste negra, que, em outras épocas, havia vitimado 95% dos doentes, por ela acometidos.

²¹ Relatório acerca da Moléstia reinante em Santos, apresentado por Oswaldo Cruz ao Ministro da Justiça e Negócios. In: Omnia. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, p.331-332.

²² Cukierman, n.28, p. 47.

O surto de peste, no Porto de Santos, não apresentou a letalidade esperada de uma epidemia de peste, como a que assolara diferentes regiões da Europa, na Idade Média. Contudo, a baixa intensidade do evento, em Santos, não aplacou o medo das autoridades nacionais de que novos eventos pudessem confirmar seus temores de um contágio mortal, generalizado. Esse ambiente de terrores reais ou imaginários acabou por mostrar-se providencial para cientistas como Oswaldo Cruz, Adolfo Lutz e Vital Brazil, que, desejosos de implantar no Brasil a produção do soro e da vacina antipestosos, viam nas futuras instituições, encarregadas dessa missão, a trincheira, a partir da qual, poderiam conduzir, vitoriosos, o combate pela fundação da bacteriologia no país.

No início de novembro, foi diagnosticado o primeiro caso de peste, na capital paulista²³. Com o surgimento desse caso de peste, em São Paulo, fez-se necessário que novas ações fossem implementadas, de modo a evitar que a doença se intensificasse e se espalhasse pelo estado e mesmo ultrapassasse suas fronteiras em direção, principalmente, à Capital Federal. Assim, as principais medidas executadas consistiam no receituário clássico de combate às doenças epidêmicas, sendo elas: a polícia sanitária, cuja tarefa principal era encontrar os doentes de peste e desinfetar os possíveis focos da epidemia, o isolamento dos doentes e dos suspeitos de contaminação, a desinfecção e, até mesmo, a incineração dos domicílios e pertences dessas pessoas.

Aliada a todas essas ações, a principal medida da política sanitária de combate à peste, na capital da Província de São Paulo, foi o combate aos ratos. Desde as descobertas de Yersin, Kitasato e Simond, na última década do século XIX, a transmissão da doença pela pulga do rato já estava comprovada²⁴. No entanto, ainda que embasada, cientificamente, uma política de combate aos ratos, em larga escala, não havia sido posta em prática. Diante desse ineditismo, o governo paulista estruturou sua estratégia de caça aos ratos, em duas frentes: uma, executada pelos serviços sanitários, e outra, pela população.

²³ “O Estado de São Paulo”, 5 de novembro de 1899.

²⁴ DELORT, Robert. “Que a peste seja do rato”, In LE GOFF, Jacques. *As doenças tem História*; tradução Laurinda Bom, Lisboa, Editora Terramar, 1985, p 111; STEPAN, n.9, p.68.

No combate aos ratos, os serviços sanitários cuidaram de envenenar os esgotos e as galerias de águas pluviais e fluviais, desinfetar armazéns, domicílios e outras construções, onde pudesse existir lugares propícios para a reprodução desses roedores, enviar veneno para as cidades do interior paulista e remover o lixo das ruas²⁵.

A população, por sua vez, era incentivada a caçar os animais. Os jornais conclamavam o povo, em matérias repletas de metáforas bélicas, a lutar nessa importante “batalha”. Um exemplo disso é a matéria do jornal *O Estado de São Paulo*, publicada, em 7 de novembro, que assim informa a população e as autoridades: “Guerra aos ratos, guerra constante, tenaz, de extermínio. É este o conselho, é esta a palavra de ordem que a ciência nos transmite, e que nós transmitimos às autoridades”²⁶.

Além dos jornais, o governo incentivava a população, por meio da distribuição de folhetos, chamados de “Instruções ao Povo”, informando sobre os perigos da peste bubônica e da importância de caçar os ratos, para evitar a disseminação da doença entre a população²⁷. No folheto *Peste: matança dos ratos*, o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo afirmava que: “Para acabar com a peste é preciso mover uma guerra de morte aos ratos e às pulgas, que são seus agentes mais ativos de propagação”²⁸. O folheto segue orientando, dentre outras questões, sobre o uso de massa envenenada nos locais possíveis de existir ratos, no interior das casas, e que, qualquer mortandade de ratos deve ser comunicada às autoridades sanitárias. Conclui, dizendo que essas medidas defenderiam a cidade contra a terrível epidemia que a ameaça.

Por último, e o que, provavelmente, constituiu no principal incentivo à população, o governo pagava pelos ratos caçados. Tal prática funcionaria da seguinte forma, segundo noticiou, em cinco de novembro, *O Estado de São Paulo*, “de hoje em

²⁵ O Estado de São Paulo, 5 de novembro de 1899, p 1.

²⁶ O Estado de São Paulo, 7 de novembro de 1899, p 1.

²⁷ O Estado de São Paulo, 11 de novembro de 1899, p 1.

²⁸ Serviço Sanitário do Estado de São Paulo. *Peste: matança dos ratos*. São Paulo, Escola Typographica Salesiana, 1899, p.1 e 2. Esse folheto tem é escrito em português, italiano, alemão, inglês e francês.

diante o Desinfectório Central, pagará a 300 réis²⁹ os ratos mortos³⁰. Para auxiliar nessa operação, o governo distribuía, também, ratoeiras e veneno à população.

Tais incentivos deram resultados imediatos. No dia 4 de novembro de 1899, foram incinerados 417 ratos³¹ e, no dia seguinte, quando a lei começou a vigorar, foram mortos 961 ratos³². Esse dia realmente foi atípico, pois a média, ao longo do mês de novembro, ficou em 600 animais mortos, por dia, totalizando 14.000 ratos incinerados, ao final do mês.

Ainda que inusitada, a estratégia deu resultados. No mês de novembro, os jornais só noticiaram o aparecimento de um novo caso de peste, na cidade, dessa vez, fatal³³. Nesse mesmo período, foram diagnosticados 32 casos, em Santos, sendo 11 fatais³⁴. Durante o mês de dezembro a situação continuou a mesma, só ocorrendo um único caso de peste, no final do mês. Mesmo com poucos casos, as autoridades paulistas buscaram intensificar a campanha de caça aos ratos, passando a comprá-los a 400 réis³⁵.

Medidas sanitárias tomadas, o governo paulista, também, buscou suprir a carência de soro antipestoso, caso uma epidemia eclodisse na cidade. Por orientação dos cientistas envolvidos com o diagnóstico e combate à peste, em Santos, decidiu criar um instituto soroterápico, em São Paulo, ligado ao Instituto Bacteriológico. Os jornais acompanharam, *pari passu*, as notícias sobre o novo instituto³⁶.

Vital Brazil assumiu a direção do Instituto Soroterápico de São Paulo, mas ele não atuou de forma isolada. Além de relatórios e comunicações em reuniões científicas, Vital Brazil mantinha correspondência com Oswaldo Cruz, por meio de cartas pessoais,

²⁹ É interessante notar que, quando os ratos começaram a ser caçados na Cidade do Rio de Janeiro, em setembro de 1903, estabeleceu-se o mesmo valor de 300 réis, para cada animal abatido.

³⁰ O Estado de São Paulo, 5 de novembro de 1899, p 1.

³¹ O Estado de São Paulo, n.40, p.1.

³² O Estado de São Paulo, 6 de novembro de 1899, p 1.

³³ O Estado de São Paulo, 12 de novembro de 1899, p 1.

³⁴ O Estado de São Paulo, 5 de dezembro de 1899, p 1.

³⁵ O Estado de São Paulo, 30 de dezembro de 1899, p 1.

³⁶ O Estado de São Paulo, 15 de novembro de 1899, p 1.

que demonstram uma preocupação comum, em relação ao projeto de seus institutos³⁷. Oswaldo Cruz, nessa mesma época, havia assumido a direção do Instituto Soroterápico Municipal, na Fazenda de Manguinhos, no Rio de Janeiro.

Desse modo, Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, com a criação do Instituto de Manguinhos, e Vital Brazil, em São Paulo, com a criação do Instituto Butantã, conseguiram o que parecia ser uma estratégia para consolidar, no país, a medicina experimental, baseada nos conceitos da bacteriologia.

³⁷ Oswaldo Cruz, nessa mesma época, havia assumido a direção do Instituto Soroterápico Municipal, na Fazenda de Manguinhos, no Rio de Janeiro.